

**VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: FENÔMENO OCASIONADO POR
PRINCÍPIOS LINGUÍSTICOS E SOCIOLINGUÍSTICOS**

Sinthia Moreira Silva Ribeiro (UENF)

sinthia_moreira@hotmail.com

Eliana Crispim França Luquetti (UENF)

elinafff@gmail.com

Clodoaldo Sanches Fofano (UENF)

clodoaldosanches@yahoo.com.br

Roberta Santana Barroso (UENF)

robertasbf@hotmail.com

RESUMO

A mudança e a variação são atributos pertencentes à língua, um fenômeno instigado por princípios linguísticos e sociolinguísticos, tendo como influências vários fatores, dentre eles sociais, culturais, econômicos e históricos. Este artigo tem o objetivo de apresentar reflexões sobre alguns conteúdos que envolvem a variação linguística na língua portuguesa, refutando a concepção de homogeneidade. Para a construção deste artigo, realizou-se pesquisa bibliográfica, baseada em livros e artigos científicos, composta de fontes teóricas que embasam a busca de respostas sobre o tema abordado. A partir das informações apuradas de que a existência de muitos dialetos em território brasileiro e a dinâmica transformadora da língua em compasso com o progresso da humanidade são fatores suficientes (dentre muitos outros), ratifica-se que a língua não é homogênea.

Palavras-chave:

Sociolinguística. Língua portuguesa. Variação linguística.

ABSTRACT

Change and variation are attributes belonging to language, a phenomenon instigated by linguistic and sociolinguistic principles, having as influences several factors, including social, cultural, economic and historical. This article aims to present reflections on some contents that involve linguistic variation in the Portuguese language, refuting the conception of homogeneity. For the construction of this article, a bibliographic research was carried out, based on books and scientific articles, composed of theoretical sources that support the search for answers on the theme. From the established information that the existence of many dialects in Brazilian territory and the transformative dynamics of language in parallel with the progress of humanity are sufficient factors (among many others), it is confirmed that the language is not homogeneous.

Keywords:

Sociolinguistics. Linguistic variation. Portuguese language.

1. Introdução

A sociolinguística é uma relação entre o aspecto social e a língua. Estudos linguísticos até a década de 60 foram marcados pela perspectiva estrutural, sem preocupação em relacionar língua à sociedade. A partir dos estudos de Labov, um dos principais autores a refletir sobre a questão da variação linguística, passou-se a investigar, mais que a língua: a produção linguística relacionada a vários fatores, dentre os quais o social tem sua relevância validada.

A língua só é língua enquanto uso. O uso modifica-se de falante para falante, de sociedade para sociedade, de contexto para contexto. As variações ocorrem em virtude de tempo, estilo, região, status social, situação contextual, dentre muitas outras circunstâncias – razões que levam Antunes (2007, p. 24) a afirmar que língua é parte de cada usuário, de sua identidade cultural, histórica e social. É por meio dela que os humanos se socializam, interagem e desenvolvem seu sentimento de pertencimento a um grupo, a uma comunidade.

Em relação ao fator tempo, a língua portuguesa (LP) hoje é muito diferente da língua da época do Brasil colonial, por exemplo. O que é bastante natural, já que os processos de mudanças nos aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais também hoje são bem distintos de outrora. Toda evolução carrega consigo a evolução da língua. No passado existiam palavras que hoje não mais existem ou se transformaram. A evolução natural dos tempos resultantes da ação do homem gera mudanças nas formas de expressão humana.

Ao se refletir sobre o surgimento da LP, observa-se que nada mais é que o resultado da transformação do latim vulgar e do galego. E cada língua dessas também sofreu modificações com o passar do tempo até chegar à língua atual, como no português. Assim, é notório que o idioma falado no Brasil também passou pelo mesmo processo, basta que se atente para as mudanças ocorridas até os dias atuais, principalmente em regiões onde o progresso foi mais intenso.

Em face do exposto, este artigo objetiva refletir sobre alguns conteúdos que envolvem a variação linguística na LP, ao desconstruir a noção de homogeneidade. Para se atingir tal propósito, num primeiro momento, faz-se uma abordagem generalizada sobre LP, gramática, língua, modalidades falada e escrita, para, num segundo momento, trazer à reflexão informações basilares sobre estudos linguísticos e, na sequência, discutir o ponto chave deste estudo: variações linguísticas como condição

2. *Língua: considerações gerais*

Descendente do latim vulgar falado no Império Romano, a LP foi trazida para a Lusitânia pelos soldados romanos durante a expansão do Império. “A cada conquista, [os romanos] impunham aos vencidos seus hábitos, suas instituições, os padrões de vida e a língua” (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2019), o que não foi diferente com o processo de invasão de toda a Península Ibérica, que se fez acompanhar da sobreposição de sua cultura (religião, filosofia, política e língua). Sendo a língua um dos principais sinais de dominação, logo o latim foi propagado e estabelecidos nos territórios adquiridos. Não o latim clássico (*hard*) dos textos escritos por poetas, intelectuais e filósofos e falado em circunstâncias formais e solenes, mas o latim do povo, da informalidade, da língua viva, em uso, repleto de variações.

No caso da língua na região da Lusitânia, que fora invadida pelos romanos a partir de 218 a.C. até o século IX, desenvolveram-se línguas faladas denominadas romances (variantes do latim), das quaisse originaram o catalão, o castelhano e o galego-português. Deste, mais tarde, resultaram o galego (na região da Galícia) e o português (em território português). Tal separação “se iniciará com a independência de Portugal (1185) e se consolidará com a expulsão dos mouros em 1249 e com a derrota em 1385 dos castelhanos que tentaram anexar o país” (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2019).

Já na época das Grandes Navegações, a partir do século XV d.C., ampliaram-se os domínios de Portugal a outros quatro continentes e, aliada a esse decurso, a LP. Onde essa língua se instaurava, essa adquiria um modo diferente de falar, pois, de acordo com Bakhtin citado por Faraco (2009, p. 84), é nessa atmosfera heterogênea que o sujeito, mergulhado nas múltiplas relações e dimensões da interação socioideológica, vai-se construindo discursivamente, ao assimilar vozes sociais e, ao mesmo tempo, as inter-relações dialógicas. E é nesse sentido que o linguista insiste em dizer que o falante não toma nossas palavras no dicionário (isto é, de modo invariável), e sim dos lábios dos outros, de identidades variadas.

Convém assinalar que – como forma de controlar determinada língua contra desaparecimentos e declínios, ou, mais que isso, controlar

interesses mais amplos que vão além da mera preservação da língua, dentre os quais interesses políticos, econômicos e sociais – surgiu a gramática (ANTUNES, 2007). Numa outra perspectiva, nada melhor do que utilizar a linguagem como forma de dominação.

Conforme Lima (2019, p. 27), no império grego, a língua grega se despontou internacionalmente, o que demandou a padronização dessa língua – motivo que leva os gregos a se tornarem os pioneiros a se dedicarem ao estudo gramatical e às suas estruturas gramaticais na tentativa de preservar a pureza da língua que estava sendo “contaminada por barbarismos”. Assim se empenharam, mas sem quaisquer preocupações com

[...] as diferenças regionais e sociais, transformando-a [a língua] num instrumento unificado e homogêneo, baseado num padrão de correção. Essa atitude partiu dos “amantes da palavra”, denominados de filólogos, que trabalhavam na biblioteca de Alexandria, sendo, portanto, considerados sábios. Nesse âmbito, mais precisamente no século III a.C., foi elaborada a Gramática Tradicional que constituía um conjunto de normas para a língua e para a linguagem, mesclando intuições filosóficas e preconceitos sociais que, até os dias atuais, ainda perduram na sociedade. Nessa perspectiva, pode-se considerar que a Gramática Tradicional definiu os rumos dos estudos da língua, por mais de dois mil anos. (LIMA, 2019, p. 27)

Como pontua Bagno (1999), o objetivo declarado da gramática era investigar as regras da língua escrita para poder preservar as formas consideradas mais “corretas” e “elegantes” da língua literária, que significa exatamente “a arte de escrever”. Uma gramática para intelectuais, para nobres, “Tal como na Índia antiga, o conhecimento da ‘gramática’ é reservado a uma casta sacerdotal, encarregada de preservá-la ‘pura’ e ‘intacta’, longe do contato infeccioso dos párias (BAGNO, 1999, p. 38-9). No Brasil, lamenta o autor: “A gramática tradicional despreza totalmente os fenômenos da língua oral, e quer impor a ferro e fogo a língua literária como a única forma legítima de falar e escrever, como a única manifestação linguística que merece ser estudada” (BAGNO, 1999, p. 57).

Por falar em escrita, vale frisar que essa modalidade tem um valor muito grande na sociedade. Mas Marcuschi (2007) afirma que tanto a oralidade quanto a escrita são fundamentais, são duas maneiras de as pessoas organizarem os discursos, aplicarem as as interações no dia a dia, sem que uma seja mais importante que a outra. Enfim, cada uma possui o seu lugar. São práticas discursivas que não concorrem, não competem.

É fundamental o aprendizado de ambos processos – língua falada e língua escrita – para a compreensão de que: a) na prática não se pode escrever da maneira como se fala; b) não é melhor uma modalidade que a

outra, elas são apenas diferentes; c) há muitas línguas faladas, porém poucas possuem escritas. Os dois processos são essenciais à interação comunicativa humana; eles produzem efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Mas ao se fazer uma análise do que acontece no dia a dia do falante do momento em que acordar até voltar a dormir, com certeza irá descobrir que mesmo os mais letrados utilizarão a maioria do tempo falando e muito pouco tempo escrevendo (TRAVAGLIA, 2009, p. 23).

Ao se retomar ao contexto da gramática, Antunes (2007, p. 26) assinala a importância da gramática com o esclarecimento de que “nada na língua, em nenhuma língua, escapa a essa gramática”, pois não há língua sem gramática nem gramática fora da língua e “ninguém aprende uma língua para depois aprender a sua gramática. Qualquer pessoa que fala uma língua fala essa língua porque sabe a gramática, mesmo que não tenha consciência disso”. Trata-se, pois, de uma gramática distinta da prescritiva de norma-padrão, mas de uma gramática natural, da fala, que também tem seu sistema de regras internalizadas com vista à comunicação/integração entre seus falantes. Tal sistema (dinâmico e variável) é utilizado, com domínio, mesmo por falantes analfabetos e povos ágrafos. Nesse sentido, expressa-se Franchi:

Gramática corresponde ao saber linguístico que o falante de uma língua desenvolve dentro de certos limites impostos pela própria genética humana, em condições apropriadas de natureza social e antropológica. [...] saber gramática não depende, pois, em princípio de escolarização, ou de quaisquer processos de aprendizado sistemático, mas da ativação e amadurecimento progressivo (ou da construção progressiva) na própria atividade linguística de hipótese sobre o que seja a linguagem e seus princípios e regras. (FRANCHI *apud* TRAVAGLIA, 2009, p. 28)

Ao visar a uma eficiente interação no cotidiano de um falante da LP, por exemplo, mesmo para tarefas comezinhas, é vantajoso conhecer bem essa língua. É, pois, por meio do conhecimento da língua que se ampliam a comunicação e o conhecimento fundamentais do falante. Dos estudos iniciais até os mais avançados, seu uso é crucial em vários sentidos, inclusive na obtenção, com excelência, de vários aprendizados. Sendo assim, o ensino da LP, nas escolas, dever concentrar-se no exercício da linguagem, na contemplação, na produção e seleção de textos e tarefas que abrangem o contexto cultura, social e linguístico, no qual o aluno encontra-se inserido. Por conseguinte, ocorre que esse ensino “sempre foi associado ao ensino de gramática, ao conceito de certo e errado quanto

ao uso da língua. Isso se liga ao fato de a língua ser vista como uma estrutura homogênea, invariável e repleta de regras” (OLIVEIRA; MENDES, 2019, p. 7) – o que sinaliza uma total falta de sensibilidade o fato de não perceber características inerentes da língua como dinamismo e heterogeneidade.

Entretanto, “Para ser eficaz comunicativamente, não basta, portanto, saber apenas as regras específicas da gramática, das diferentes classes de palavras, as flexões, as combinações possíveis, a ordem da colocação nas frases, os casos de concordância, entre outros. Tudo isso é necessário, mas não é suficiente” (ANTUNES, 2007, p. 41). Isso porque a língua é um instrumento vivo de comunicação entre as pessoas, molda-se aos desejos e intenções; é inseparável do usuário; não se resume à dicotomia significante/significado, pois se trata de fenômeno social bastante complexo. É construída pelo sujeito e este, por mais paradoxal que pareça, tem sua identidade construída por ela, pois,

Até através dela, ele constrói grande parte de sua identidade e a transmite. Carregada de sua ideologia, na maioria das vezes, esta interação serve para determinar uma relação de poder entre os falantes. A língua imprime, assim, traços de identidade e legitimidade. Uma vez que somos, em grande parte, constituídos pela língua, construímos nossa identidade através da interação com o mundo, interação esta que nos modifica e, consequentemente, modifica o mundo. (SANTOS; FERRAREZI JÚNIOR, 2019, p. 4)

Ratifica Rajagopalan (1998, p. 41): “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela”, o que, nas palavras de Orlandi (2002, p. 203), “ao significar, nos significamos, e é nisto que consiste os processos de identificação”. Dessa forma, quando se fala, muitas marcas que estão presentes no próprio indivíduo são passadas, algo que na escrita não é tão evidente assim.

A linguagem verbal (oral e escrita) é, então, a matéria do pensamento e o veículo da comunicação social. Assim como não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade, para ser comunicado e, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem. Como realidade material – organização de sons, palavras, frases –, a linguagem é relativamente autônoma; como expressão de emoções, ideias, propósitos, no entanto, esse instrumento de comunicação é orientado pela visão de mundo, pelas injunções da realidade social, histórica e cultural de seu falante.

O estudo da linguagem abarca o estudo da língua e o estudo desta não dispensa o das variações linguísticas, o qual se insere no domínio dos estudos sociolinguísticos, tema este da seção subsequente.

3. Estudos da sociolinguística

A sociolinguística surgiu da necessidade de um estudo que relacionasse língua e sujeito; ela é, então, uma das dimensões da linguística que estuda a manifestação linguística em sociedade, associada a seus agentes (falantes). Saussure, que é considerado o criador da Linguística moderna, estabeleceu que o objeto da linguística seria a língua e não a fala – pois a fala, por ser expressamente diversificada, apresentar uma variedade bastante consistente – não poderia ser objeto de estudos da linguística. Com isso, ele usou a língua como objeto coletivo, social. Tanto Saussure quanto Chomsky não se empenharam no estudo da fala, pois para eles o aspecto social não envolveria a descrição da língua como sistema. E, a bem da verdade, “[...] a história da humanidade é a história de seres organizados em sociedade e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, uma língua” (ALKMIM, 2005, p. 21).

Nos anos 1920, o francês Antoine Meillet e os russos Marr e Bakhtin já enfatizavam o aspecto social e evolutivo da língua, o que implica a variação motivada especificamente por fatores sociais. Assim afirma Meillet (1921 *apud* Calvet, 2002, p. 16): “Por ser a língua um fato social resulta que a linguística é uma ciência social, e o único elemento variável ao qual se pode recorrer para dar conta da variação linguística é a mudança social”. Enquanto, de um lado, Saussure concebe a língua (*langue* = sistema de signos) como abstrata, singulariza as abordagens sincrônica e diacrônica; de outro lado, Meillet integra fatores extralinguísticos à língua, uma fatores estruturais e histórico-sociais.

Mas foi a partir de 1964, em um congresso na Universidade da Califórnia, que a sociolinguística se despontou notória, cujos trabalhos foram publicados na coletânea *Sociolinguística*, em 1966. Nesta publicação, destaca-se o papel do falante na fala, o que remete à identidade social do falante, do seu ouvinte, do contexto social que influencia grandemente na fala em si e do julgamento que o próprio falante faz por meio do uso de seu conhecimento e do outro que o ouve também.

Nesse contexto, o estudioso Willian Labov – cujos trabalhos foram de grande influência para o desenvolvimento da sociolinguística, por

meio dos quais desenvolveu a teoria variacionista – mostra como os aspectos sociais, entre eles, idade, sexo e ocupação influenciam o sujeito na fala. A relevância dos estudos de Labov está justamente ligada a aspectos que eram negligenciados pelas teorias estruturalistas e gerativistas. Para ele, “existe uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos” (LABOV, 2008, p. 13).

A sociolinguística estuda a língua em seu uso real, viva. Conforme Antunes (2009, p. 25), “o que existe é língua que muda, que varia, que incorpora novos sons, novas entonações, novos vocábulos, que altera seus significados, que cria associações diferentes, que adota padrões sintáticos novos, sobretudo quando essa língua é exposta a variadas situações de uso, a outras interferências culturais”. Por isso, importam para os estudos sociolinguísticos as relações entre a estrutura linguística e os aspectos socioculturais da formação linguística, uma vez que a língua é uma instituição social, está presente em todos os contextos sociais da vida humana e, com isso, não pode ser pesquisada como uma estrutura autônoma, independente do contexto situacional.

Briht define certos fatores que se relacionam com a diversidade linguística, os quais são interpretados por Alkmim com estas palavras:

- a) Identidade social do emissor ou do falante – relevante, por exemplo, em estudos dos dialetos de classes sociais e das diferenças entre falas femininas e masculinas; b) identidade social do receptor ou ouvinte – relevante, por exemplo, no estudo das formas de tratamento, da *baby talk* (fala utilizada por adultos para se dirigirem aos bebês); c) o contexto social – relevante, por exemplo, no estudo das diferenças entre a forma e a função dos estilos formal e informal, existentes na grande maioria das línguas; d) o julgamento social distinto que os falantes fazem do próprio comportamento linguístico e sobre os outros, isto é, as atitudes linguísticas. (ALKMIM (2005, p. 28-9)

Nessa linha de pensamento, a sociolinguística é sempre abordada junto com as ciências sociais, a questão do homem, da cultura, tudo que pode influenciar na fala em si. Segundo Mollica (2015, p. 9), “Esta ciência se faz presente num espaço interdisciplinar, na fronteira entre língua e sociedade, ao focalizar precipuamente os empregos linguísticos concretos, em especial os de caráter heterogêneo”.

Por ser a língua falada – usada em situações reais, no dia a dia e como essa se manifesta de verdade – o objeto de estudos da sociolinguís-

tica, o *fato sociolinguístico* é aquilo que trata das características da fala. Como a linguagem se processa no centro da sociedade (pois desde que se nasce já se inicia o uso da linguagem), observa-se que há na fala uma variedade muito grande em cada comunidade de fala, a qual, nas palavras de Alkmim (2005, p. 31), trata-se de um “conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos linguísticos”. As comunidades dos falantes formam sociedades complexas, hierarquizadas e heterogêneas (LABOV, 2008).

Conforme Marcuschi (2007, p. 18), “mais do que uma decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso da língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização”. O autor afirma ainda que “a oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia”. Basta que se observe a criança que, desde os anos iniciais, aprende a falar, pois essa é uma das formas de comunicação que possibilitará a socialização dela; só mais tarde então aprende a escrita. Fala e escrita “São modos de representações cognitivas e sociais que se revelam em práticas específicas” (MARCUSCHI, 2007, p. 35).

Enfim, o objeto de estudo da sociolinguística se concentra na análise da diversidade da fala – uma propriedade funcional e referente aos sistemas linguísticos e ao papel da sociolinguística. Assim, a sociolinguística – ocupada da relação língua/fala e do estudo estrutura/evolução da linguagem no contexto social da comunidade de fala – toma como ponto de partida a variação e as mudanças pertinentes às línguas e que são sempre levadas em conta na análise linguística.

4. *Variação linguística*

Vossa mercedes> vossa mercê>vosmicê> vossuncê> você. E ainda: ocê > cê – esse é um dos exemplos clássicos quando se quer demonstrar a alguém que a língua não é homogênea, que o uso de uma determinada expressão ou palavra sofre variações ao longo tempo. Mussalim e Bentes (2001, p. 60), ao utilizarem esse pronome como exemplo de três situações linguísticas, em que o professor pode expor-se: no restaurante universitário, conversando banalidades com seus alunos; na sala de aula, exercendo a sua profissão; e no auditório, dando uma palestra em um congresso, momento este que exige o uso da variante padrão.

Na esteira dos pressupostos labovianos pode-se afirmar ser a vari-

ação um atributo inerente às línguas e, por conseguinte, à noção de heterogeneidade – o que não significa um caos linguístico; pois a heterogeneidade se manifesta (embora pareça um paradoxo) organizada/sistemáticamente, já que os falantes se entendem em seu meio permeado de matizes linguísticos, de heterogeneidades estruturadas, que comportam regras categóricas ao lado de regras variáveis que podem ser explicadas. Essa variação sistemática – que nada mais é que dizer a mesma informação de outra forma –, para Labov (2008, p. 78), são variantes de uma mesma variável.

A heterogeneidade de que se fala é gerada de duas ou mais formas de variações/variantes alternativas em conformidade com elementos linguísticos internos (próprios da estrutura da língua) ou extralinguísticos (componente social) a motivarem ou restringirem a variação. Seja como for, “Em qualquer língua, de qualquer época, desde que em uso, ocorram mudanças, em todos os estratos, em todos os níveis, o que significa dizer que, naturalmente, qualquer língua se manifesta num conjunto de diferentes falares que atendem às exigências dos diversos contextos de uso dessa língua” (ANTUNES, 2009, p. 22). Nesse sentido, esclarece-Marcuschi:

[...] toda vez que emprego a palavra língua não me refiro a um sistema de regras determinado, abstrato, regular e homogêneo, nem a relações linguísticas imanentes. Ao contrário, minha concepção da língua pressupõe um fenômeno heterogêneo (com múltiplas formas de manifestação), variável (dinâmico, suscetível à mudança), histórico e social (fruto de práticas sociais e históricas), indeterminada sob o ponto de vista semântico e sintático (submetido às condições de produção) e que se manifesta em situação de uso concretas, com texto e discurso. (MARCUSCHI, 2007, p. 43)

Sobre os mecanismos internos da língua, que correspondem a variações alternativas para se dizer a mesma informação, é muito evidente, principalmente, a variação lexical, a diversidade de léxico de cada microrregião do país (por exemplo: mandioca/aipim/macaxeira); não menos evidente é a variação fonológica, em especial casos de rotacismo (carma/calma; blusa/brusa) e a despalatalização (filha > filia > fia). Também é notável a variação morfofonológica – casos em que, ao cair um fonema ocorre juntamente a queda de um morfema: “as moça rica”. Por seu turno, a variação morfossintática, que resulta em queda/acréscimo de morfema que compromete as prescrições sintáticas da oração. Por exemplo: “Aluga-se casas” – a queda do morfema de plural (-m) do verbo comprometeu a concordância deste com o sujeito, “casas”. Há ainda a variação no discurso, quando, por exemplo, se estabelece uma relação coesiva

entre antecedente e subsequente: É... daí... aí... então... pois é...

Acerca da dimensão externa de variação da língua, vale pontuar que os vários tipos manifestados implicam a dimensão interna da variação. Como são gerados na vida social de uma comunidade, sofrem influências históricas, locais, sociais e ideológicas. De acordo com Bagno (2014, p. 61), “os diferentes grupos humanos vivem em diferentes ambientes ecológicos, em climas diferentes, tendo de se valer de recursos naturais diferentes e principalmente constituem culturas diferentes, cada língua humana deve apresentar características próprias, específicas e peculiares”.

Quando se fala em variação regional/geográfica/diatópica, é comum virem à reflexão sotaques e entonações distintos entre nortistas e nordestinos de sulistas, por exemplo. São modulações expressivas nos falares. Nas diferentes regiões há costumes diferentes e isso se refletem na maneira como as pessoas falam.

É, pois, natural que haja diferenças e variações nos falares de milhões de habitantes ocupantes da enorme expansão territorial brasileira. Certas expressões são preferidas por outras ao caracterizarem a localidade. Essas variações são chamadas de regionalismo, porém dentro de uma mesma região também pode haver variações, como as sociais e culturais. São as conhecidas ainda por variação diastrática. Também “Não custa lembrar que todas as línguas são adequadas às necessidades e características da cultura a que servem e igualmente válidas como instrumentos de comunicação social, sendo inconcebível, portanto, afirmar que uma língua ou variedade linguística é superior ou inferior a outra” (GÖRSKI; COELHO, 2009, p. 81).

Segundo Antunes (2007, p. 104), “a língua só existe em sociedade, e toda sociedade é inevitavelmente heterogênea, múltipla, variável e, por conseguinte, com usos diversificados da própria língua”. As variações linguísticas estarão sempre presentes nas relações/interações entre os indivíduos que são pertencentes a uma mesma comunidade, uma vez que o processo de mudança e variação das línguas vivas são incessantes e ininterruptos. Entretanto,

Apesar da variação linguística ser uma realidade da língua portuguesa, a sociedade brasileira sempre buscou um ideal, isto é, sempre buscou uma língua homogênea, uma língua única. Desse modo, essa sociedade não progrediu em relação ao respeito à pluralidade e às diferenças linguísticas, ocasionando o surgimento de um fenômeno excludente, denominado de preconceito linguístico. (LIMA, 2019, p. 26)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Bagno (1999, p.9) explica que “O preconceito linguístico está ligado em boa medida à confusão que foi criada no curso da história entre língua e gramática normativa”. Ocorre que “a gramática não é a língua”. Mais adiante o autor mostra em que se fundamenta tal discriminação.

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português”. (BAGNO, 2007, p. 40)

Segundo Mussalim e Bentes (2001, p. 39), o domínio de uma língua deriva do grau de contato com os outros membros da comunidade. O português falado por adolescentes e amigos, por um advogado no fórum, por um médico em seu consultório é diferente, apesar de todos estarem habitando a mesma região. Grupos de profissionais, jovens e crianças constroem uma maneira particular de usar frases e expressões. Algumas são tão características que passam a ser conhecidas apenas por pessoas pertencentes a determinado meio. Pelos aspectos escolaridade e classes sociais observa-se nitidamente a diferença de falares.

Outra variação é a estilística/diafásica, referente a papéis sociais que um falante representa em seu cotidiano, como o de pai, profissional, consumidor, membro de igreja, etc. Em cada contexto, esse mesmo falante vai apresentar variações na fala. Todos os falantes não falam sempre da mesma maneira, há situações que necessitam de ajustes em função do destinatário a quem eles dirigem a mensagem. É fundamental reconhecer o contexto de interação para a escolha de uso de palavras, expressões e variedades mais adequadas.

No entendimento de Alkmim, o bom senso adquirido nas várias situações de fala molda os usuários e, nesse desenvolvimento,

Os falantes aprendem quando podem falar e quando devem permanecer em silêncio, se podem usar a forma imperativa para dar uma ordem ou se devem se valer de uma expressão modalizada, como em *saíam daqui já* ou *por favor, dirijam-se à saída*; se é oportuno dizer *tô fora* ou *ainda não vai ser possível*; ou ainda, *a gente não sabia* ou *não sabíamos*, ou *ainda desconhecíamos*. (ALKMIM, 2005, p. 37-8)

A adequação da viação linguística, como se vê, é imprescindível, pois em casa não se fala da mesma maneira que se falano trabalho ou na escola. Essas diferenças são chamadas de registros. E no dia a dia o falante utiliza diferentes registros, organizando e combinando-os de acordo

com o momento, a situação e preferência do que se quer expressar. Assim, da existência de diferenças regionais, sociais e culturais, infere-se a constatação da existência de vários níveis de linguagem.

Ainda como variação externa, Ilari e Basso (2006) citam a diamésica, que é a variação entre fala e escrita, no que concerne a tempo. Se, de um lado, a oralidade se transforma de modo muito dinâmico; de outro, a escrita anda lenta, insiste em cristalizar-se, mas anda. Observam-se também grandes diferenças entre as modalidades oral e escrita da língua, ainda que ambas sejam usadas por uma mesma pessoa e que esta mantenha o mesmo nível de linguagem na expressão da mensagem. Tais diferenças transcendem a forma das palavras para incidirem na questão do planejamento porque na escrita é possível avaliar, corrigir e modificar o texto. Sem contar que o(s) destinatário(s) não compartilha(m) da situação em que se encontra o produtor do texto, deixando-o ao mesmo tempo mais confortável por não estar sendo observado, mas, em contrapartida, com a missão nem sempre fácil de descrever objetos/pessoas/ambientes que fazem parte da mensagem.

Cada modalidade apresenta formas, recursos expressivos diversos e regras variadas. A língua falada é mais informal, utiliza maior quantidade de exclamações, palavras repetidas e diferentes entonações de modo que, muitas vezes, as frases ficam inacabadas, mas como o receptor da mensagem está presente, vendo tudo, ele consegue compreender perfeitamente o processo comunicativo. É óbvio que “o falante opera o monitoramento não só na língua escrita, mas também na língua falada” (BAGNO, 2007, p. 45), mas o planejamento da oralidade se dá quase que na mesma proporção de sua produção. Nesse decurso, perde-se o desenvolvimento retilíneo (mais característico do texto escrito) em meio a correções/acréscimos/reformulações, que muitas vezes “atropelam” o próprio falante. Ocorre que a fala pode ser acompanhada perfeitamente por gestos e expressões que facilitam a compreensão da mensagem. Já a língua escrita não conta com esses mesmos recursos (gestos, mímicas...), essa possui outros como pontuação (o que pode mudar completamente o sentido de uma mensagem), negrito, itálico, sublinhado, letras maiúsculas (para enfatizar termos), etc.

Enfim, as variações são muitas e se interpenetram, o que torna às vezes confuso classificar algumas delas num determinado tipo. Essa correlação de natureza interna/externa ocorre tanto no nível micro (contato cotidiano nos grupos de contato, interação e identificação) quanto no nível macro (estratificação social mais ampla). “A análise da comunicação

em uma família, por exemplo, parece mais ‘macro’ que do idioleto de um falante e mais micro que a de um bairro ou de uma cidade, que por sua vez é mais ‘micro’ que a análise da situação sociolinguística de uma região ou de um país” (CALVET, 2002, p. 123-4).

Afinal, a língua é um produto social, que determina a identidade do indivíduo dentro de uma sociedade. “Uma vez adquirida pela criança, a língua se firma profundamente em sua cognição, e tudo o que esse indivíduo vai fazer pelo resto da vida é aprofundar ainda mais o seu conhecimento.” (BAGNO, 2014, p. 61).

5. Considerações finais

Das muitas inferências resultantes desta reflexão, pode-se, num primeiro plano, dizer que a língua é uma espécie de máquina do tempo, que repassa o que aconteceu no passado, conecta com o que ocorre no presente na função de principal mecanismo da interação humana e ainda prediz (com acerto ou não) o futuro.

É muito evidente o fenômeno da variação linguística em qualquer sociedade e, peculiarmente, em qualquer comunidade de fala. É uma diversidade de falares que nasce a partir de fatores externos e que, de forma relevante, reflete-se em aspectos socioculturais. A complexidade social que envolve os falantes gera os mais diversos tipos de variação linguística, em especial quando se considera a discrepância de fala entre aqueles que tiveram acesso à educação formal e aqueles aos quais esta lhe fora negada.

Para além desse cenário, evidenciou-se a variação linguística gerada de situações de uso em consonância com os mais distintos papéis que um mesmo falante assume em cada situação de fala, o que requer um comprometimento linguístico específico em cada circunstância.

As reflexões em qualquer ângulo do fenômeno de variação linguística apontam para características próprias enriquecedoras da língua, trazem à baila a pluralidade cultural do Brasil (no caso da LP) – evento que precisa ser trabalhado com o fito de realçar a riqueza da diferença e, assim, concorrer para a mitigação do preconceito linguístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, Tânia. Sociolinguística – parte I. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, v. 1, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, Irlandé. *Muito além da gramática: por um ensino sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. *Língua, Texto e Ensino: outra escola possível*. São Paulo: Parábola, 2009.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é? Como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii*. São Paulo: Parábola, 2014.

CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. Trad. de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl. Variação linguística e ensino de gramática. In: *Work. pap. linguíst.*, 10(1), p. 73-91, Florianópolis, jan. jun., 2009.

ILARI, R.; BASSO, R. *O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos*. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. p. 13-18. São Paulo: Parábola, 2008.

LIMA, Francisca Erik Larisse Nogueira. *A variação linguística em sala de aula: mote para uma superação do preconceito linguístico*. Dissertação de Mestrado Profissional em Letras. 149 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ensino Superior do Seridó, Currais Novos-RN, 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2007.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M.L. (Orgs). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2015.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

MUSSALIM, Fernanda; BENTES Ana Cirstina (Orgs). *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*, V. 1. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Oliva de Lima; MENDES, Sandra Mara da Silva. *Sintaxe e ensino da Língua Portuguesa*. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2Pzdi84>>. Acesso em: 21 out. 2019.

ORLANDI, Eni P. Identidade linguística escolar, p. 203-212. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Lingua(gens) e identidade*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.

PORTAL SÃO FRANCISCO. *História da língua portuguesa*. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2N43Jwr>>. Acesso em 20 out. 2019.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? Trad. de A. Pisetta. In: SIGNORINI, I. (Org.). *Lingua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp. p. 21-45, 1998.

SANTOS, Fernando Ferreira dos; FERRAREZI JÚNIOR, Celso. Língua e identidade: a afirmação da identidade através das escolhas lexicais em textos jornalísticos. In: *Revista (Entre Parênteses)*, n. 8, V. 1, 2019.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.